

Corte de verbas ameaça campus Serra da Ufrgs

Em meio à restrição orçamentária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul amplia suas atividades

/ EDUCAÇÃO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A redução do orçamento de custeio e investimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), que atingiu em 2026 o menor patamar dos últimos 20 anos em valores corrigidos pela inflação, traz um desafio adicional para a instituição: como financiar sua expansão em um cenário de recursos cada vez mais escassos.

A principal preocupação está relacionada ao Campus Serra, em Caxias do Sul. A nova unidade foi aprovada pela comunidade universitária com a expectativa de que sua implantação viesse acompanhada de recursos adicionais, sem comprometer o funcionamento das estruturas já existentes. No entanto, a queda dos repasses reacendeu o debate sobre a capacidade da universidade de sustentar esse crescimento.

Autor do estudo que apontou a retração orçamentária, o professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Ufrgs, André Cunha, afirma que os números mostram uma contradição. Enquanto a universidade amplia sua atuação, o orçamento destinado ao custeio e aos investimentos encolhe.

“Em 2025, o orçamento empenhado para custeio e capital era de R\$ 338 milhões. Em 2026, caiu

para R\$ 216 milhões. Na prática, isso significa que a universidade ampliará sua estrutura, terá mais estudantes e mais despesas operacionais, mas contará com menos recursos para manter toda essa expansão”, diz.

Segundo Cunha, mesmo considerando os recursos anunciados para o Campus Serra - cerca de R\$ 10 milhões para custeio e entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões para aquisição do prédio e estrutura inicial -, o volume total de recursos continuaria abaixo do registrado no ano anterior.

A reitoria da Ufrgs, porém, afirma que os investimentos destinados à implantação do novo campus estão assegurados e diz esperar que o Ministério da Educação (MEC) complemente os recursos necessários para o funcionamento da unidade. De acordo com o vice-reitor Pedro Costa, a universidade elaborou um estudo projetando o crescimento do campus nos primeiros anos de atividade e encaminhou o documento ao MEC.

“A expectativa é que, à medida que as atividades forem sendo implantadas, haja um complemento específico de custeio para acompanhar esse crescimento”, afirma.

Em paralelo, a universidade busca ampliar a arrecadação por meio de projetos, convênios e parcerias. A previsão é arrecadar cerca de R\$ 37 milhões em receitas próprias ao longo de 2026. Para Costa, porém, esses recursos não



Reitoria afirma que investimentos para novo campus em Caxias do Sul estão garantidos

são suficientes para compensar a redução dos repasses federais.

“As receitas próprias são importantes porque aproximam a universidade da sociedade e financiam projetos de pesquisa e extensão, mas devem ser vistas como complemento, nunca como substituição do financiamento público”, afirma.

Segundo ele, a Ufrgs tem um orçamento total de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, dos quais quase 90% são destinados ao pagamento de pessoal. Dessa forma, mesmo o aumento da arrecadação própria produz impacto limitado sobre a capacidade de financiar a

infraestrutura e demais despesas de funcionamento da universidade.

Além da redução dos recursos, Cunha afirma que mudanças recentes na forma de liberação do orçamento pelo Tesouro Nacional, com contingenciamentos e alterações no cronograma de repasses, também dificultam a gestão financeira da universidade.

Na avaliação do pesquisador, a prioridade é recompor o orçamento discricionário e garantir maior estabilidade para o planejamento das instituições federais.

O vice-reitor compartilha desse entendimento e afirma que a principal reivindicação da univer-

sidade ao governo federal é a criação de uma política permanente de financiamento. “Hoje, todos os anos a universidade precisa disputar recursos na elaboração da Lei Orçamentária. Isso gera enorme instabilidade e dificulta qualquer planejamento de médio e longo prazo”, afirma.

Para Costa, a Ufrgs precisa ter condições de planejar novos cursos, laboratórios e investimentos em pesquisa com horizonte de cinco ou dez anos. “Hoje comemoramos simplesmente conseguir manter o funcionamento atual, quando deveríamos estar pensando em expansão”, conclui.

Porto Alegre recebe a 1ª Semana de Ação Climática com foco em resiliência

/ CLIMA

Jamil Aiquel
jamil@jcrs.com.br

Pela primeira vez fora do eixo Sudeste brasileiro, Porto Alegre recebe a Climate Action Week (Semana de Ação Climática), evento que ocorre desta segunda-feira até o dia 26 de julho. Integrando um movimento global que também se realiza em cidades como Londres, Baku, Bangkok e Sydney, a iniciativa reúne governos, sociedade civil, universidades e empresas para discutir e construir respostas para a crise climática global.

A programação conta com mais de 90 atividades gratuitas descentralizadas em locais como o Instituto Caldeira, Tecnopuc e Multipalco, dialogando diretamente com os seis eixos da Agenda de

Ação Climática Global da COP.

Realizada pouco mais de dois anos após as catástrofes climáticas de 2024 no Rio Grande do Sul, a semana busca reafirmar a capital gaúcha como um polo de reflexão, cooperação e construção de soluções para a adaptação climática e resiliência urbana.

Uma das realizadoras e parceiras do evento é a Coalizão RS, organização multissetorial que nasceu justamente após as enchentes de 2024. O objetivo da entidade é orquestrar uma estratégia coletiva de resiliência e adaptação climática, unindo o poder público, o setor produtivo, bancos de desenvolvimento e universidades. A Coalizão atua a partir de três eixos: projetos, transparência e influência, com a meta de garantir que o enfrentamento climático se torne uma política permanente

de Estado, e não apenas de governos temporários.

A agenda da Coalizão RS, que ocorre entre 21 e 24 de julho, será focada na adaptação climática e na reconstrução resiliente do Estado. Durante os painéis, que contam com o apoio do Ministério Público do RS e do Pacto Alegre, a entidade promoverá conversas com pessoas que estão à frente da reconstrução e apresentará quatro grandes entregas à sociedade. Um dos destaques é a assinatura de um acordo internacional de cooperação com a Universidade da Pensilvânia, cujo laboratório é referência mundial e ajudará a mapear soluções para o Estado.

Outro marco será o lançamento da primeira versão do Observatório da Resiliência Climática do RS. A plataforma, desenvolvida em parceria com a Cátedra Ful-

bright da PUCRS, consórcios de municípios e o Ministério Público, utilizará indicadores para monitorar o nível de resiliência e o quanto os municípios estão se reconstruindo, apoiando a tomada de decisão.

Além disso, a organização debaterá iniciativas de financiamento. Será lançado o Edital Teias, que levantou cerca de R\$ 4 milhões para procurar e aplicar soluções baseadas na natureza voltadas às questões hídricas gaúchas. Paralelamente, haverá a apresentação da segunda edição do TrilhaRS, um edital desenhado para apoiar com recursos financeiros projetos de base comunitária e de ONGs situadas em áreas afetadas.

Para Tarso Oliveira, diretor executivo da Coalizão RS, o protagonismo de Porto Alegre nesse momento é inegável, já que a Ca-

pital tornou-se palco a nível mundial de situações extremas. “A gente se tornou referência do que vem acontecendo. É importante trazer esse debate que ocorre em cidades do mundo inteiro aqui para Porto Alegre”, avalia o diretor.

Ele ressalta ainda o peso da união multissetorial: “As enchentes nos mostraram que a água bate em todos. Então, por que não propor uma solução que vai unir a população e suas diferentes camadas em prol de um objetivo comum?”.

Além de enaltecer que receber a Climate Action Week é um reconhecimento da capacidade de mobilização do RS, o diretor finaliza fazendo um convite à participação pública. “Quanto mais pessoas a gente ouvir e dialogar, melhor. Todos os eventos são gratuitos e a gente incentiva que as pessoas participem.”